



SIMULADO ESPECIAL

# TRT AM/RR

Analista Judiciário  
Oficial de Justiça Avaliador Federal  
Pós-Edital

# Simulado

Simulado Especial TRT AM/RR Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TRT AM/RR Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TRT-AM-RR-26-11>

- |                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO I**

O estímulo do crescimento do consumo interno e a redução da crescente desigualdade estão entre as principais metas econômicas da China para os próximos cinco anos, segundo o plano nacional aprovado pelo Partido Comunista.

"A participação da renda pessoal na distribuição da renda nacional deve ser aumentada, e a participação da remuneração do trabalho na distribuição primária também deve ser elevada", diz o comunicado de ontem.

O texto fala ainda em "relações de trabalho harmoniosas" e em criar "mecanismos para expandir o consumo doméstico".

"A grande diferença do décimo segundo Plano Quinquenal é que os planos anteriores se baseavam principalmente em criar um país rico, enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população", afirmou Yang Weiming, vice-secretário-geral do Comitê de Desenvolvimento Nacional e Reforma, à imprensa estatal chinesa.

Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza, a segunda maior economia do mundo ficou bem mais desigual.

Um estudo do Centro de Distribuição de Renda e Pobreza da Universidade Normal de Pequim mostra que os 10% mais ricos ganharam 23 vezes mais do que os 10% mais pobres em 2007. Em 1998, a elite econômica ganhava 7,3 vezes mais do que os mais pobres.

O comunicado prevê ainda que a China "participe ativamente" na governança econômica mundial e na cooperação regional, além de "abrir mais para o mundo e melhorar a sua estrutura de comércio exterior".

O plano quinquenal ainda está em sua fase preliminar, sem números estabelecidos para os objetivos. Até fevereiro, ficará pronta a versão completa.

**(Folha de S. Paulo, 19 de outubro de 2010)**

**01.** A ideia que se verifica na estrutura do 5º parágrafo do texto é de

- a) concessão
- b) reiteração
- c) conclusão
- d) explicação
- e) alternância

**02.** Em "enquanto este enfatiza a criação de riqueza para a população" (4º parágrafo), o vocábulo destacado desempenha um importante papel para a construção da coesão textual, referindo-se a/ao

- a) grande diferença
- b) planos anteriores
- c) Yang Weiming
- d) décimo segundo plano quinquenal
- e) país rico

**03.** Do ponto de vista da coerência, a relação existente entre o 5º e o 6º parágrafos pode ser interpretada

- a) como uma ressalva
- b) como uma comprovação
- c) como uma exemplificação
- d) como uma descrição
- e) como uma contraposição

**04.** Em relação ao trecho "Apesar do elevado crescimento das últimas três décadas ter tirado 500 milhões de pessoas da pobreza [...]", pode-se afirmar que

- a) apresenta um sentido adversativo em relação à informação que virá.
- b) "da pobreza" desempenha a função de adjunto adverbial de lugar
- c) a junção da preposição "de" com o artigo "o" precisa ser desfeita para a correção gramatical.
- d) "de pessoas" funciona como complemento verbal da forma "ter tirado".
- e) está gramaticalmente correta.

**05.** As aspas foram utilizadas no texto

- a) para dar ênfase a trechos relevantes
- b) para sinalizar o emprego de linguagem conotativa
- c) para marcar afirmações não autorais
- d) para indicar neologismos
- e) para demarcar trechos opinativos

**06.** A frase em que o emprego e a colocação do pronome oblíquo obedecem aos ditames da norma-padrão é:

- a) A proposta de reforma precisa passar por modificações para que parlamentares lhe aprovem.
- b) Houve resistência à criação de um novo imposto. É necessário esclarecer as razões que justifique-o.
- c) A reforma beneficia principalmente as empresas. A nova proposta visa desonerar elas ao pagarem salários.

d) Foi apresentado um novo imposto nos moldes da antiga CPMF. No entanto, parlamentares não o aprovaram.

e) Não pode-se prever quando haverá uma reforma tributária consolidada. O ministro ainda precisa fazer inúmeras articulações políticas.

**07.** De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A partir de hoje, todas as publicações terão de ser analisadas antecipadamente.
- b) Era dificultoso ir a uma comemoração distante de minha casa.
- c) Em meio a sociedade capitalista, o importante é ter ou parecer ter.
- d) Os cuidados em relação a doenças transmissíveis devem ser os mesmos.
- e) Deram ordem para que o relatório fosse entregue a mim.

**08.** Assinale a alternativa cuja frase apresenta linguagem com sentido figurado.

- a) A mãe repreendeu o filho **com serenidade**.
- b) Na hora da prova, aquele grupo **saiu pela tangente**.
- c) A **luz amarelada** dos postes iluminava as ruas vazias.
- d) Todo profissional tem alguma **vaidade**.
- e) Além dos jovens, os idosos também podem **se apaixonar**.

09. Considere o texto a seguir:

I - João tanto gosta de estudar quanto gosta de trabalhar

II - Choveu o dia inteiro e a temperatura não caiu.

As expressões em destaque em I e II expressam respectivamente

- a) adição e adição
- b) comparação e adição
- c) adição e oposição
- d) comparação e oposição
- e) comparação e concessão.

## TEXTO II

Distingo, no português histórico, dois períodos principais: o português antigo, que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o português moderno. Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período. E como não ficou estacionário o português moderno, denominou-se quinhentista, seiscentista, setecentista a linguagem própria a cada era. Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII. Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Ignoram-se a data ou

o momento exato do aparecimento de qualquer alteração linguística.

Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno. Não podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridade para reformarem, a seu sabor, o idioma pátrio e sua gramática.

O século XVI, descerradas as cortinas que encobriam o espetáculo de novos mundos, e dada a facilidade de pôr a leitura das obras literárias ao alcance de todos, graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Trariam estes diálogos os característicos gramaticais do português antigo, se fosse este ainda o idioma corrente.

(M. Said Ali. Prólogo da Lexicologia do português histórico, 1.ª ed. 1921. Companhia Melhoramentos; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 17-8. Adaptado)

**10.** Segundo as ideias veiculadas no texto,

- a) O autor define rigidamente dois períodos históricos para o português
- b) As inovações do português surgem por meio da linguagem literária.
- c) As classes sociais mais altas não são alcançadas pelas mudanças linguísticas.
- d) A modernização da língua origina-se na fala.
- e) A literatura é sempre conservadora, pois nunca se sujeita à linguagem popular.

**11.** O texto apresenta diversos trechos opinativos. Assinale a alternativa que apresenta uma opinião do autor.

- a) "Robustecida e enriquecida de expressões novas, a linguagem usada nas crônicas desse segundo período, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina no apuro e no gosto do português moderno d'Os Lusíadas (1572)" (1º parágrafo).
- b) "O século XVI, [...], graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem" (3º parágrafo).
- c) "Surge a inovação, formulado acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo" (2º parágrafo).
- d) Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo (3º parágrafo)
- e) "Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide a aceitar a mudança também (2º parágrafo)"

**12.** O termo "sucumbe" (terceiro período do segundo parágrafo) está empregado no texto com o sentido de

- a) arquear-se
- b) expirar-se
- c) ceder
- d) esmorecer
- e) apagar-se

**13.** Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto: "Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII" (1º parágrafo). Assinale a opção cuja proposta de reescrita, além de estar gramaticalmente correta, preserva os sentidos originais do texto.

- a) Destino a denominação de português contemporâneo a mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII
- b) Reservo a denominação de português atual para as mudanças características do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII
- c) Defendo a denominação de português moderno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII
- d) Defendo a denominação de português contemporâneo para as mudanças características

do falar atual criadas ou consolidadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que eventualmente remontam ao século XVIII

e) Direciono a denominação de português moderno as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII

**14.** Depreende-se do trecho “A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas, com o tempo, sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente” exceto

a) As inovações linguísticas podem ser estigmatizadas

b) A escrita com desatenção pode reproduzir aspectos gramaticais da fala

c) Em situações informais, a fala popular ganha mais espaço.

d) A imitação da fala popular é uma forma de desprezo e preconceito.

e) As classes economicamente dominantes resistem, em um primeiro momento, às inovações

**15.** No trecho "Neste ponto, nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada", o sujeito da forma verbal destacada

a) é simples ("a linguagem escrita")

b) está posposto ("espelho fiel")

c) está oculto

d) está indeterminado

e) é oracional

## ASPECTO HISTÓRICOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

*Sérgio Henrique*

**16.** “Pelo mundo afora, uma importante referência que se faz à Amazônia é sua enorme floresta e, além disso, aos indígenas que ali habitam. De fato, o bioma reúne a maior parte dessa população no Brasil, são cerca de 440 mil indígenas. São mais de 180 povos indígenas, além de vários grupos isolados vivendo no bioma. Ocupam uma área de cerca de 110 milhões de hectares. Para se ter uma ideia da grandiosidade, a terra Yanomami, localizada em Roraima e no Amazonas, possui mais de 25 mil indígenas. As terras indígenas possuem um papel fundamental para garantir a proteção dos direitos e da identidade desses povos, cujos meios de vida possibilitam a manutenção da floresta e de seus recursos há tantas gerações.”

*Os povos da Floresta.* Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/amazonia/povos-e-comunidades-tradicionais-da-amazonia/>.

Estima-se que os povos ameríndios habitam as terras amazônicas há cerca de 2 mil anos antes da chegada dos europeus. As alternativas a seguir descrevem corretamente sobre as sociedades indígenas na época da conquista europeia, EXCETO:

a) No século XVI, quando os europeus atingiram o rio Amazonas, encontraram uma floresta habitada por numerosos povos indígenas diversos culturalmente.

b) As populações indígenas durante a conquista e a colonização portuguesa desse território eram baseadas nas atividades de coleta de produtos naturais e agricultura.

c) Sociedades populosas e bem organizadas estavam presentes ao longo do rio Amazonas durante a

primeira expedição conduzida por Francisco de Orellana.

d) Os indígenas da Amazônia pré-colombiana tinham no cultivo do milho a base de sua alimentação, alimentando grandes aldeias como os tuxauas, guerreiros do rio Tapajós.

e) As populações indígenas foram reduzidas drasticamente, sobretudo por causa das doenças trazidas pelos europeus, além da escravização e o tráfico de indígenas.

**17.** “O Estado do Maranhão e Grão-Pará fora criado em 1621 pelos portugueses. Em 1637 era governado pelo comandante-mor Jácomo Raimundo de Noronha que, na época, decidiu enviar uma expedição ao rio Amazonas com cerca de 2 mil pessoas, a maioria indígenas. Essa expedição – com o objetivo de firmar uma fronteira entre o Grão-Pará e o território que incluía o Peru, Equador, Colômbia e Brasil – partiria de Cameté, no Pará, até Quito. Pedro Teixeira foi escolhido para comandá-la. Ele também foi instruído a verificar locais para a construção de fortes, manter a disciplina dos seus homens e tratar de forma amistosa os índios. Além disso, recebeu uma instrução secreta que deveria ser aberta somente na volta da expedição. O jesuíta Cristóbal de Alcuña foi o relator da viagem de volta de Pedro Teixeira e registrou o que ocorreu em Aguarico (no Equador) antes da expedição descer o Napo e o Amazonas até atingir o Pará novamente.”

*A Floresta Habitada: História da ocupação humana na Amazônia.* Disponível em: <https://amazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>.

Acerca da expedição de Pedro Teixeira, assinale a alternativa correta:

a) Sua expedição aconteceu no século XVI, quase um século depois da primeira expedição de Francisco de Orellana.

b) Sua viagem de penetração visava ocupar a maior parte da bacia do Alto Amazonas, para forçar a Coroa de Castela a fazer uma aliança militar com Portugal.

c) Suas iniciativas de povoamento, na viagem de retorno de Quito para Belém, buscavam marcar a presença de Portugal além da linha limítrofe do Tratado de Tordesilhas.

d) Sua expedição de reconhecimento viabilizou o estabelecimento de fortificações ao longo do percurso, como a do Real Forte Príncipe da Beira.

e) Sua expedição tomou posse dos territórios para Espanha e mostrou a viabilidade de alcançar os mercados do pacífico via Amazônia.

**18.** Sobre o processo de criação da Província do Amazonas no período imperial, analise as afirmativas a seguir.

I. Em 1832, com a criação do Código de Processo Criminal, uma nova divisão administrativa e judiciária foi executada e foram criadas três comarcas, a do Grão Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas.

II. A desanexação da província do Grão-Pará ocorreu em 1850, como uma espécie de recompensa à resistência do Amazonas contra o movimento revoltoso iniciado no Pará, conhecido como Cabanagem.

III. Com a emancipação, a nova Província teve por capital a vila da Barra do Rio Negro, foi estabelecido a navegação do rio Amazonas e sua extensão e limites foram estabelecidos como os mesmos da antiga Capitania de São José do Rio Negro.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**19.** No final do século XIX, vários grupos de nordestinos migraram para a região amazônica, que tinha como principal característica ser uma migração familiar e sertaneja. Com base nesse assunto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção correta.

- ( ) As migrações nordestinas para Amazônia sempre estiveram ligadas às questões de conflitos no campo, coincidindo com os períodos de seca.
- ( ) O surgimento do ciclo da borracha transformou a província em grande polo de atração para as populações rurais do Nordeste.
- ( ) O governo não incentivava a migração nordestina, pois deixava desfalcado de mão-de-obra meio rural do Nordeste.

A sequência correta é:

- a) V, V, F.
- b) V, F, V.
- c) F, V, V.
- d) F, F, F.
- e) V, V, V.

**20.** Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil vivia sob o regime ditatorial do Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas em 1937. Neste período de tensões nacionais e internacionais, o território

amazônico tornou-se alvo de políticas de Estado para resolver problemas como a seca no Nordeste, o desemprego, a soberania nacional, a integração e defesa do território, etc. Essa operação que ficou conhecida como:

- a) Batalha da Borracha.
- b) Plano Cohen.
- c) Ação Integralista Brasileira.
- d) Integração Econômica do Norte.
- e) Marcha para o Oeste.

**21.** Em 1821, quando D. João VI retorna com Corte para Portugal, como consequência direta da Revolução do Porto de 1820, que, entre outras coisas, exigia seu retorno e um governo constitucional, ele deixou seu filho como príncipe regente, que acaba proclamando a Independência do Brasil e se coroando como D. Pedro I, Imperador do Brasil.

Naquele momento, houve uma grande polêmica jurídica envolvendo a Província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, que foi:

- a) O Código Criminal rebaixou o Grão-Pará a comarca da Província do Rio Negro.
- b) A criação da comarca do Baixo Amazonas, independente da Província do Rio Negro.
- c) A fundação da província unificada do Rio Negro e do Alto Amazonas.
- d) O Rio Negro não constou entre as unidades administrativas na Constituição de 1824.
- e) O desmembramento da Província em duas comarcas: Alto e Baixo Amazonas.

**22.** A Guiana (antiga Guiana Inglesa), oficialmente denominada República Cooperativa da Guiana, está localizada no extremo norte da América do Sul, seu território faz fronteiras com o Brasil (ao sul), Venezuela (a oeste) e Suriname (a leste), além de ser banhado pelo oceano Atlântico (ao norte). Os limites do Brasil com a Guiana Inglesa remontam a meados do século XIX, quando o Governo Imperial do Brasil protestou contra a indevida penetração inglesa na região do Pirara - ao norte e oeste dos rios Cotingo e Tacutu, fronteira oeste da Guiana, junto a Venezuela (chamada também linha Schomburgk). Os limites só foram estabelecidos no princípio do século XX.

Uma das opções a seguir apresenta razões corretas para as dificuldades em estabelecer os limites fronteiriços. Assinale-a.

- a) Em 1901 foi assinado em Londres o Tratado de Arbitramento, onde o Rei da Itália foi escolhido como árbitro e anulou os limites do Brasil e da Guiana com a Venezuela.
- b) O árbitro da questão foi o Rei da Itália, que em 1904 determinou a fronteira entre Brasil e a Guiana Britânica, mas a Comissão Brasileira de Limites constatou erro no laudo.
- c) Um Tratado Geral de Limites foi determinado em 1926, onde se estabeleceu critérios para incorporação de ilhas e as alterações do leito de rios fronteiriços.
- d) Somente com a independência da Guiana, em 1966, que foi dado o início da construção dos marcos no ponto de Trijunção Brasil-Guiana-Venezuela.
- e) O Rei da Itália proferiu o Laudo de Roma, em 1904, onde constatou que o rio Cotingo não nasce no monte Yakontipu, deixando em aberto a fronteira.

**23.** A região amazônica viu o seu desenvolvimento e povoamento motivado predominantemente pela intervenção estatal. O contexto internacional sempre foi objetivo para estimular o povoamento e proteger as fronteiras da região. A maior intervenção foi durante o Regime Militar, quando foram feitas políticas de incentivo à imigração para a região norte, a construção de obras faraônicas como a Transamazônica e os projetos de extração mineral.

No mesmo período, a região Norte também conheceu projetos de defesa, vigilância e desenvolvimento. Acerca desses projetos, assinale a alternativa correta:

- a) SUDAM – fundado em 1968 com atuação restrita à região de Manaus, oferecendo estímulos como isenção de impostos, infraestrutura logística e financiamentos.
- b) SUFRAMA – fundado em 1966 com objetivo de planejar, coordenar, controlar e executar planos federais para a região amazônica.
- c) POLAMAZÔNIA – fundado em 1969 com objetivo era o levantamento de dados para o mapeamento da Amazônia.
- d) CALHA NORTE – fundado em 1985 com o objetivo de defesa de fronteiras, envolvendo as forças armadas, estados, municípios e sociedade civil.
- e) RADAM – fundado em 1974 com o objetivo de promover o aproveitamento integrado das potencialidades econômicas minerais, agroindustriais e florestais.

**REGIMENTO INTERNO DO TRT DE 11ª  
REGIÃO**

*Tiago Zanolla*

**24.** Considerando as disposições sobre a Justiça do Trabalho da 11ª Região, conforme os Artigos 1, 2 e 3, avalie as afirmativas a seguir e escolha a opção correta:

- I. Os órgãos constituintes da Justiça do Trabalho da 11ª Região são somente os Juízes do Trabalho e o Tribunal Regional do Trabalho.
  - II. O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região está sediado em Manaus e tem jurisdição exclusiva sobre o Estado do Amazonas.
  - III. A jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região cobre os Estados do Amazonas e Roraima.
  - IV. A sede e a jurisdição das Varas do Trabalho na 11ª Região são inalteráveis e permanentes.
  - V. A bandeira e o hino são símbolos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
- a) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
  - b) Apenas as afirmativas II, IV e V estão corretas.
  - c) Todas as afirmativas estão corretas.
  - d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
  - e) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.

**25.** De acordo com o Artigo 4 da legislação que define os órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, avalie as seguintes afirmativas e assinale a alternativa correta:

- I. O Tribunal Pleno faz parte dos órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

II. As Seções Especializadas não são consideradas órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

III. A Corregedoria Regional e os Desembargadores do Trabalho são órgãos constituintes do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

IV. A Presidência e a Vice-Presidência não são órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

V. A Ouvidoria e a Escola Judicial operam de forma independente e não estão vinculadas a nenhum outro órgão do Tribunal.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I, III, e uma parte do § 1.º estão corretas.

**26.** Imagine que você é um jovem advogado assistindo a uma sessão do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região pela primeira vez. Durante a sessão, você observa atentamente a disposição dos participantes para entender a hierarquia e a organização do Tribunal.

Ao entrar na sala de sessões, você percebe uma pessoa sentada à direita do Presidente. Quem é provavelmente essa pessoa?

- a) O Vice-Presidente do Tribunal.
- b) O Corregedor do Tribunal.
- c) O representante da Procuradoria Regional do Trabalho.
- d) O desembargador mais antigo.
- e) O Corregedor-Geral

**27.** Qual é o número mínimo de desembargadores necessários para formar o quórum para deliberações judiciais no Tribunal Pleno?

- a) 5 desembargadores.
- b) 6 desembargadores
- c) 7 desembargadores.
- d) 8 desembargadores.
- e) 9 desembargadores.

**28.** Em que data os membros eleitos para cargos de direção do Tribunal devem tomar posse?

- a) 1º de janeiro.
- b) 15 de dezembro.
- c) Último dia do ano.
- d) Primeiro dia útil de janeiro.
- e) 15 de Janeiro

**29.** Qual é o número mínimo de magistrados necessários para que uma Seção Especializada possa deliberar?

- a) 3 magistrados.
- b) 4 magistrados.
- c) 5 magistrados.
- d) 6 magistrados.
- e) NDA

**30.** Você é um recém-nomeado secretário administrativo no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e está se familiarizando com a estrutura organizacional do Tribunal. Durante sua orientação, você aprende sobre as duas Seções Especializadas, conforme descrito acima. Para testar seu entendimento e garantir que você tenha captado corretamente as informações, responda às seguintes perguntas:

Quantos desembargadores compõem cada uma das Seções Especializadas do Tribunal?

- a) 3 desembargadores em cada seção
- b) 4 desembargadores na primeira e 6 na segunda
- c) 5 desembargadores em cada seção.
- d) 6 desembargadores em cada seção.
- e) 7 desembargadores na primeira e 6 na segunda.

---

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Emerson Bruno*

**31.** De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- b) as associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

- d) é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
- e) são gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- 32.** Dentre os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal aos trabalhadores está
- a) irredutibilidade do salário, que não poderá ser minorado sequer por acordo coletivo.
- b) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- c) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.
- d) remuneração do trabalhador portador de deficiência, no mínimo, superior a cinquenta por cento à do que não tenha deficiência.
- e) assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até sete anos de idade, em creches e pré-escolas.
- 33.** Quanto aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que é proibida
- a) a atividade laborativa noturna a menores de dezesseis anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos de idade.
- b) a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- c) a diferenciação de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- d) qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- e) a diferenciação de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- 34.** O Prefeito da metrópole “Gama” está com dúvidas a respeito da competência para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. Assim, consultando a Constituição Federal, verificou que se trata de competência:
- a) concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) privativa da União.
- c) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) privativa de cada Município.
- e) privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- 35.** Os Desembargadores do Trabalho são processados e julgados originariamente pelo
- a) Pleno do Tribunal de Justiça a que pertençam ou por seu Órgão Especial se existente, nos crimes comuns, e pelo Superior Tribunal de Justiça nos de responsabilidade.
- b) Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade e pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns.

- c) Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade e pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns.
- d) Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade e pelo Pleno do Tribunal de Justiça a que pertençam ou por seu Órgão Especial, se existente.
- e) Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns e de responsabilidade.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Fabiano Pereira*

**36.** Considere que a prefeitura do município X tenha estabelecido uma nova norma que veda a realização de eventos em praças sem a devida autorização prévia. Essa regulamentação visa assegurar a segurança e o bem-estar dos cidadãos que utilizam essas áreas.

Com base nesse cenário, identifique a alternativa que descreve o princípio da Administração Pública cuja definição está diretamente relacionada aos motivos que levaram a prefeitura a criar essa regulamentação.

- a) Princípio da razoabilidade;
- b) Princípio da supremacia do interesse público;
- c) Princípio da indisponibilidade;
- d) Princípio da reserva legal;
- e) Princípio da segurança jurídica.

**37.** A empresa ACME Corp. é uma sociedade empresarial que se dedica à extração de matérias-primas e emprega cerca de mil colaboradores, direta e indiretamente. Durante a primeira inspeção realizada pela Administração Pública, em

decorrência de pequenos danos ao meio ambiente atribuídos às operações da empresa, foi determinada a interdição de todas as instalações comerciais da organização.

Diante desse contexto, a ação da Administração Pública vai de encontro ao princípio da:

- a) eficiência, em especial o subprincípio da efetividade;
- b) autotutela, em especial o subprincípio da sindicabilidade;
- c) razoabilidade, em especial o subprincípio da admissibilidade;
- d) proporcionalidade, em especial o subprincípio da exigibilidade;
- e) motivação, em especial a teoria dos motivos determinantes.

**38.** Para conduzir suas operações comerciais de forma adequada, a empresa Y precisou solicitar a licença apropriada das autoridades competentes. Essa licença deve ser concedida após o cumprimento dos requisitos estipulados por lei. Portanto, é válido afirmar que essa situação corresponde à manifestação do

- a) Poder de Polícia;
- b) Poder Hierárquico;
- c) Poder Normativo;
- d) Poder Disciplinar;
- e) Poder Discricionário.

**39.** A administração pública de um ente federado está atualmente passando por um processo de reorganização, o qual engloba a sua estrutura, incluindo a administração indireta. Nesse contexto, foi realizado um levantamento das empresas

estatais atuantes no ente federado, resultando na decisão de encerrar as atividades das que não mais se alinham com a finalidade social estabelecida pelo governo e daquelas que apresentam déficits financeiros. Para tanto,

- a) Para efetuar a extinção da empresa, deverá emitir um ato da mesma natureza do utilizado para sua criação, ou seja, um decreto ou lei;
- b) Será imprescindível obter autorização legislativa, inclusive para definir o destino de seu patrimônio, caso não se pretenda que ele retorne à Administração central;
- c) Pode proceder ao encerramento das atividades de forma semelhante ao que é aplicado às empresas privadas, sem necessitar de autorização prévia, que é exigida somente para a instituição dessas pessoas jurídicas;
- d) Deve quitar todas as despesas da empresa e alienar seu patrimônio antes de requerer autorização legislativa para decretar sua extinção;
- e) Deverá realizar previamente um processo de licitação para identificar possíveis interessados na aquisição do capital social da empresa, sendo permitida a extinção somente na ausência de licitantes.

**40.** O Chefe do Departamento de Pessoal do Estado X, Bernardo, emitiu um comunicado a todos os servidores do órgão, fornecendo diretrizes sobre os passos a serem seguidos ao solicitar licenças de diversas categorias.

Pode-se afirmar que o mencionado ofício está classificado como

- a) ordinatório;
- b) enunciativo;
- c) normativo;
- d) negocial;

e) punitivo.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

*Bruno Klippel*

**41.** Analisando o normativo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho quanto à nomeação de advogado com poderes para o foro em geral na Justiça do Trabalho,

- a) dá-se pela juntada prévia de instrumento de procuração, com firma devidamente reconhecida.
- b) a nomeação poderá ser efetivada mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
- c) apenas o trabalhador poderá reclamar sem a presença de advogado, uma vez que o princípio do jus postulandi somente se aplica à parte hipossuficiente.
- d) o advogado pode atuar sem que lhe sejam exigidos poderes outorgados pela parte, em razão da previsão legal do jus postulandi.
- e) nos dissídios coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado constituído necessariamente por instrumento de mandato, com firma devidamente reconhecida.

**42.** No tocante à audiência, defesa e revelia no processo do trabalho, considere:

- I. É tolerado o atraso de cinco minutos das partes no horário de comparecimento às audiências.
- II. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.

III. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

IV. Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

Neste caso e em consonância com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017 e jurisprudência sumulada pelo TST, está correto o que consta APENAS em

a) II, III e IV.

b) I, III e IV.

c) I, II e III.

d) I, II e IV.

e) II e III.

**43.** A Empresa M, insatisfeita com a sentença que julgou parcialmente procedente na reclamação trabalhista movida por A, interpôs Recurso Ordinário no quinto dia de seu prazo. No oitavo dia, pagou e protocolizou petição juntando as guias de custas processuais e da efetivação do depósito recursal, com os valores corretos. Neste caso, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, o Recurso Ordinário será

a) recebido, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

b) considerado deserto, negado o seu recebimento, uma vez que deveria ser interposto juntamente com as guias de depósito recursal, sendo que a sua antecipação prejudica a dilação legal.

c) recebido, uma vez que a empresa não tem obrigação de comprovar o depósito recursal, por ter perdido parcialmente a demanda.

d) considerado deserto, negado o seu recebimento, pois o depósito recursal deveria ter sido realizado perante a instituição bancária no mesmo dia da interposição do recurso, mesmo que a comprovação fosse feita posteriormente.

e) recebido, pois a regra de que a interposição antecipada prejudica a dilação legal no tocante à comprovação do depósito recursal só se aplica aos Recursos de Revista.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Elisabete Moreira*

**44.** A Resolução CNJ nº 325/2020, que trata acerca da estratégia nacional do Poder Judiciário 2021-2026, contempla:

a) As propostas orçamentárias dos tribunais e dos conselhos de justiça alinhadas aos seus respectivos planos estratégicos, sem necessariamente a garantia dos recursos à sua execução.

b) O alinhamento da estratégia nacional do poder judiciário para o horizonte de 5 anos.

c) A execução da estratégia do Judiciário que consistirá na implementação de políticas, programas e metas específicas.

d) A execução da estratégia de forma colaborativa e participativa, sob a coordenação da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

e) A unidade de gestão estratégica deverá assessorar o respectivo órgão do Poder Judiciário, não atuando nas áreas de gerenciamento de projetos, a qual caberá a outra unidade.

**45.** O planejamento estratégico é um processo que determina os objetivos estratégicos e os métodos, demonstrados numa relação de causa e efeito a partir das seguintes perspectivas:

- a) da eficiência, eficácia, efetividade.
- b) de produção, recursos humanos, marketing e tecnologia.
- c) da definição da missão, visão e valores.
- d) financeira, cliente, processo interno e aprendizado e crescimento.
- e) estratégica, tática e gerenciais.

**46.** As estruturas organizacionais dependem da estratégia utilizada pelas organizações. Uma estrutura matricial caracteriza-se por possuir:

- a) órgãos dotados de autonomia executiva, sem, no entanto, autonomia para apuração de lucros.
- b) órgãos de natureza permanente, vinculados a projetos, e órgãos de natureza funcional, vinculados a especializações, de natureza temporária.
- c) órgãos de existência temporária, vinculados a projetos, e órgãos de apoio funcional, vinculados a especializações, de natureza permanente.
- d) órgãos divisionais, que operam como centro de resultados, sujeitos, no entanto, a uma administração centralizada.
- e) órgãos funcionais por produtos, com autonomia para o alcance de resultados.

## DIREITO CIVIL

*Mário Godoy*

**47.** Com relação aos elementos acidentais do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) Consideram-se inexistentes, sem contudo prejudicar a validade do negócio jurídico, as condições fisicamente impossíveis, quando suspensivas.
- b) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.
- c) O termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito.
- d) Os prazos fixados por hora expiram no dia útil subsequente à sua consumação integral.
- e) Como regra, o encargo ilícito invalida o negócio jurídico.

**48.** Com relação ao casamento, assinale a alternativa correta.

- a) Após o divórcio, é permitido ao marido casar com a filha de sua ex-mulher.
- b) Uma vez extinta a adoção, é possível o casamento da pessoa que havia sido adotada com o filho biológico do adotante.
- c) Colaterais em 4º grau encontram-se proibidos de se casar.
- d) Veda-se o casamento do tutor com a pessoa tutelada, enquanto não cessada a tutela e não estiverem saldadas as respectivas contas.
- e) Pessoa com deficiência mental em idade núbil que estiver sob curatela pode contrair matrimônio.

## **DIREITOS DO TRABALHO**

*Antônio Daud*

**49.** De acordo com entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), é correto afirmar sobre o a respeito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que:

- a) A contribuição para o FGTS incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, não incluindo adicionais eventuais.
- b) A contribuição para o FGTS incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, incluídas as horas extras.
- c) É devido o recolhimento do FGTS sobre férias indenizadas.
- d) É ônus do empregado provar a regularidade dos depósitos do FGTS.
- e) O FGTS não incide sobre as parcelas salariais pagas em virtude de prestação de serviços no exterior.

**50.** Analise os itens abaixo em relação às hipóteses de suspensão e interrupção contratual:

- I. Durante o período da licença-maternidade, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 12 (doze) últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.
- II. Os dias em que os empregados estiverem paralisados por motivo de greve não haverá o pagamento de salários, exceto se houver negociação abonando os respectivos dias.

III. Em seguida a cada período diário de trabalho, o jornalista profissional terá direito a um intervalo mínimo de 10 horas, destinado ao repouso.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) III.

**51.** Julgue os itens abaixo sobre férias:

- I. O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, desde que gozadas, na vigência da CF/1988, sujeita-se ao acréscimo do terço constitucional.
- II. Em caso de readmissão, conta-se a favor do empregado o período de serviço anterior, encerrado com a saída espontânea.
- III. Os dias de férias gozados após o término do período legal de concessão deverão ser remunerados com um adicional de 50%.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

**52.** Julgue os itens abaixo em relação à proteção à maternidade:

- I. É garantida à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, transferência de função, quando as condições de saúde a exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho.
- II. Sem prejuízo de sua remuneração, a empregada deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres, enquanto durar a gestação, período em que deixará de receber o valor do adicional de insalubridade.
- III. Para amamentar o filho, até que este complete seis meses de idade, a empregada terá direito, durante a jornada de trabalho, a três descansos especiais, de meia hora cada um, sendo que, quando o exigir a saúde do filho, o período de seis meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente. Além disso, tais horários dos descansos deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

**53.** Analise os itens adiante no que se refere à extinção contratual:

- I. A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar valor equivalente a 50% dos salários correspondentes ao prazo respectivo.

II. O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, razão pela qual o pedido de dispensa de cumprimento nunca exime o empregador de pagar o respectivo valor.

III. Nas situações em que há extinção da empresa, o pagamento das indenizações devidas não exclui o direito do empregado ao aviso prévio.

IV. A prática de qualquer falta grave no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

---

## DIREITOS HUMANOS

*Ricardo Torques*

**54.** São características dos Direitos Humanos, exceto uma:

- a) Universalidade
- b) Disponibilidade
- c) Indivisibilidade
- d) Interdependência
- e) Complementariedade

**55.** Nas petições individuais direcionadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, são necessários os requisitos de admissibilidade ao conhecimento da causa:

- a) O esgotamento dos recursos da jurisdição interna, salvo pessoa com imunidade parlamentar; em petição apresentada num prazo de 1 ano, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva; e respeitada a litispendência internacional.
- b) O esgotamento dos recursos da jurisdição interna, salvo demora injustificada ou ausência aos recursos internos; em petição apresentada num prazo de 1 ano, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva; e sem limite de valor da causa.
- c) O esgotamento dos recursos da jurisdição interna, salvo demora injustificada ou ausência aos recursos internos; em petição apresentada num prazo de 2 anos, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva; e respeitado o valor da causa de até 20 mil dólares.
- d) O esgotamento dos recursos da jurisdição interna, salvo demora injustificada ou ausência aos recursos internos; em petição apresentada num prazo de 6 meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva; e respeitada a litispendência internacional.
- e) O esgotamento dos recursos da jurisdição interna, salvo pessoa com imunidade parlamentar; em petição apresentada num prazo de 2 anos, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva; respeitado o valor da causa de até 10 mil dólares.
- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas a ação de alimentos.
- d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

**57.** Sobre as tutelas provisórias descritas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) pode fundar-se em urgência ou evidência, dividindo-se a primeira em cautelar ou antecipada.
- b) A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.
- c) a tutela provisória de evidência pode ser concedida de forma antecedente ou incidental.
- d) Quando cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido.
- e) a tutela provisória de urgência de natureza antecipada somente admite a forma incidental.

## **DIREITOS PROCESSUAL CIVIL**

*Thállius Moraes*

**56.** Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa incorreta.

**58.** O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso, dentre outras, na seguinte hipótese

- a) pela enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.

- b) pelo deferimento de intervenção de terceiros.
- c) em caso de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa
- d) quando for arguido vício de incompetência relativa.
- e) por falecimento do procurador da parte, devendo a parte, mediante determinação judicial, constituir novo mandatário no prazo máximo de 30 dias.

**59.** Considerando as disposições do CPC acerca das provas, assinale a alternativa incorreta

- a) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- b) A parte que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- c) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- d) Não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos.
- e) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.

**60.** Levando em consideração as disposições do CPC, julgue os seguintes itens que tratam da sistemática recursal

- I – Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- II – A desistência do recurso pelo recorrente depende da concordância do recorrido, caso este já tenha apresentado contrarrazões.

III – O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, exceto quando distintos ou opostos os seus interesses.

Está correto apenas o apontado em

- A) I, II e III.
- B) I e II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) II e III.

## Discursiva

À medida que o sol se levanta no horizonte, trazendo luz e vida a cada canto do mundo, somos lembrados da beleza e da grandiosidade da natureza que nos cerca. No entanto, também somos confrontados com uma realidade alarmante: a crise ambiental que assola nosso planeta. É tempo de olhar para além das estatísticas e gráficos, e buscar uma transformação profunda em nossa relação com a natureza.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

**A CRISE AMBIENTAL E AS REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SER HUMANO E NATUREZA**

Valor (10 pontos)

**Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:**

**Folha de Resposta**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---